

## A CIDADE RACIALIZADA

Álamo Pimentel <sup>1</sup>

A circulação social do negro e da negra na vida urbana de Maceió está delimitada por fronteiras patriarcais, coloniais e capitalísticas. Fronteiras constituídas por estatutos sociais, políticos, econômicos e culturais que configuram a formação histórica da capital alagoana. O predomínio dos homens e mulheres brancos, nos lugares de maior prestígio social e governança locais, agenciam formas de segregação social, racial, geracional e de gênero que transpõem para o cotidiano urbano de Maceió diferentes faces dos *apartheids* contemporâneos que por ali imperam.

As ruas da cidade, tais quais os terreiros das velhas senzalas, não escondem os sobejos do colonialismo que disseminam na cidade o severo e perverso regime de servidão social, étnica e política. Nas ruas, embora aparentemente livres das correntes do escravismo do passado, negros e negras permanecem submetidos às mais terríveis condições de existência. Ora sujeitados à indignância das beiras dos asfaltos, ora engajados em corpos coletivos na defesa dos seus direitos, as negras e os negros de Maceió enfrentam cotidianamente os dramas de habitar uma cidade racializada.

Durante o período em que vivi naquela cidade, como professor da Universidade Federal de Alagoas entre os anos de 2013 e 2015, presenciei cenas urbanas que me causavam profundo estranhamento com a naturalização da violência contra o povo negro da cidade. Percorri os espaços-tempos da minha presença como mais um condenado da terra, sob efeito das lições de Frantz Fanon, à procura de condições de uma cidadania local que orientasse meus rumos nas ambivalências entre os sujeitados e os sujeitos das lutas pelo direito ao pertencimento no presente da cidade.

20 de junho de 2013. Dia, mês e ano da maior manifestação de rua da capital alagoana dos últimos anos. Mais de 12 mil pessoas foram às ruas

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1997) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Possui pós-doutorado em sociologia do conhecimento pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Foi professor da Universidade Federal da Bahia entre os anos de 2003 e 2013, atuou no I do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas entre os anos de 2013 e 2015 e atualmente é Professor Associado II da Universidade Federal do Sul da Bahia.

contagiadas pelas jornadas de junho que ocorriam em todo o país. A luta pelo direito à mobilidade urbana produziu em escala nacional os mais importantes e controvertidos acontecimentos da história recente do Brasil. Na capital alagoana não foi diferente. Tocado pela experiência como usuário de transportes urbanos na cidade, assim como pela intensidade histórica daquele acontecimento, fui para a Praça Centenário participar da jornada de protestos. No horário da minha chegada encontrei uma pequena multidão organizando-se em diferentes pontos da praça. Circulei, aqui e ali, para observar como as pessoas chegavam, o que diziam e que pautas inscreviam em seus corpos para a formação daquela grande aglomeração urbana.

No meio da praça encontrei uma roda de capoeira. Militantes do movimento negro local de todas as idades ali estavam, protagonizando o ritmo de luta dos seus ancestrais, acompanhados pela ginga, pelos saltos, pelos desafios e pelos toques de berimbaus. Uma jovem negra segurava um cartaz de cartolina escrito à mão em que constava a seguinte frase: "Juventude Negra Quer Viver". O ato político denunciava o genocídio da população negra local. Em Maceió o direito ao futuro é negado às jovens e aos jovens negros. Antes de chegarem aos 21 anos de idade, muitos são mortos e, o que é pior, são convertidos e convertidas em dados das piores estatísticas locais. No *Jornal Gazeta de Alagoas* de 20 de novembro do mesmo ano, a manchete principal oferecia-nos detalhamento da avassaladora morbidez social imposta à juventude negra, denunciada ali, na jornada de protestos da capital alagoana, meses antes da edição daquele jornal.

Segundo o mencionado diário alagoano: "Alagoas é o estado mais violento para negros". A Gazeta divulgava durante a semana da consciência negra, dados de uma pesquisa realizada à época pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em que faz-nos saber a relação de 17,4 negros assassinados para cada pessoa não assassinada em todo o estado de Alagoas. Os dados alarmantes confirmavam o grito do movimento negro nas jornadas de junho em Maceió: a juventude negra quer viver, antes que o genocídio que atravessa as grotas, as ruas e os mais diferentes espaços locais habitados pelos negros devastasse a todos e todas.

O que mudou de lá para cá? Morrem mais, ou menos, negros e negras hoje? Por onde circula esta população? Quais as condições de acesso a bens

culturais, a moradia digna, à educação, à saúde e, até mesmo ao direito de ir e vir pela cidade? Não busco respostas imediatas para o febril conjunto de perguntas. Minha intenção é que tais questões sirvam para firmar outra atitude provocadora de perplexidades cívicas: qual o lugar das negras e nos negros no direito à cidade? Isto porque os usos e abusos que fazemos da cidade e na cidade produzem terríveis efeitos naturalizadores da nossa presença com os outros na cidade, sobretudo com aqueles e aquelas cujas existências são sistematicamente apagadas nos cotidianos urbanos. Ao encontramos um mendigo ou uma mendiga negra a dormir nas calçadas da cidade, não nos espantamos com frequência. É isto! A pobreza que ocupa os meios fios urbanos tem cor, sexo e idade e isto não nos comove.

A jovem negra que trabalha como zeladora do prédio da Ponta Verde – bairro das elites locais – lava a calçada da garagem em que passam os carros importados dos seus patrões. Ela está de cabeça baixa, compenetrada no asseio do chão em que também pisam os seus patrões. Um pouco mais à sua frente, o porteiro do prédio também negro, esconde-se na guarita que serve de esteio para a luxuosa placa em que está o nome do prédio, que é também uma homenagem a um eminente pintor europeu. Silencioso em sua guarita, o porteiro se vê cercado de câmeras do circuito interno de tevê. Ele vigia o prédio ao mesmo tempo em que é vigiado. O porteiro e a faxineira foram convertidos à invisibilidade dos seus lugares, pela necessidade de assegurar os baixos salários que diferenciam suas condições sociais daqueles e daquelas negras e negros, que “sujam as calçadas dos seus prédios”. Entra ano e sai ano e a cena se repete. Nos bairros mais ricos da cidade, negros e negras se diferenciam entre os que “sujam” e os que “limpam” as calçadas.

As elites da capital alagoana moram em condomínios fechados em cuja fachada encontraremos com alguma regularidade, uma homenagem a celebridades, países e até mesmo cidades europeias. Reservados na segurança que os protegem e distinguem dos pobres, os moradores e as moradoras nestes prédios são, em sua maioria brancos ou branqueados por suas atitudes de subserviência aos modelos culturais do norte do mundo. Vivem de costas para a pobreza negra de que se servem e que desprezam com as suas indiferenças.

Nos bairros periféricos, em que vive a maioria da população negra, predominam outras expressões de conformismo ou resistência cultural. Não raro, encontraremos versículos bíblicos e expressões do cristianismo popular que arrebanha as almas dos pobres. “Deus proverá”, “Cristo está chegando”, “O senhor é meu pastor”, essas frases conferem traços discursivos da salvação que perpassa os lugares de morada dos negros e das negras locais. Enunciados cristãos pronunciam os testemunhos da fé popular que guia e diferencia os pretos e as pretas que encontram na conversão religiosa resguardo para as criações esperançosas dos seus futuros. Há outras formas de discursos que, ao contrário do proselitismo cristão, distinguem os lugares de moradia dos negros e das negras locais; boca a boca somos capturados pelo proselitismo da violência.

À medida que circulamos em Maceió somos recomendados a não entrar no Vergel do Lago à noite. A orientação é a mesma para a Grota do Rafael, para o Bebedouro, para o Climabom e mesmo para certos recônditos do Benedito Bentes. A repetição insistente deste enunciado nos faz crer que onde há pobreza, há negros e negras, e quando eles resolvem habitar um mesmo espaço, produzem mais violência. A periferia urbana de Maceió, assim como as periferias urbanas de todo o Brasil, está marcada pela racialização do perigo, efeito perverso que responsabiliza pobres e pretos pelo aumento da criminalidade e pela violência urbana.

Observemos que nestes mesmos locais as populações são expulsas das belezas naturais das cidades, são interditadas no direito de usufruir melhores condições de acesso a bens e serviços que asseguram ao exercício da cidadania. Muitos jovens negros e jovens negras não vão ao cinema, ao teatro ou a bibliotecas públicas porque não dispõem de condições dignas para isto. Habitam a periferia por imposição, não por escolha. As formas de segregação dos espaços de habitação e convivência racializam a cidade.

Durante o meu tempo de convivência e circulação pela capital alagoana vi, pelo menos, oito cenas de assassinato nos bairros periféricos da cidade. Todos eram homens, jovens e negros. Vi os seus corpos estirados nas calçadas ou no asfalto a servirem de espetáculo para as populações locais. Isto sempre aprofundou os meus espantos. Na mesma cidade em que se sustenta uma réplica da estátua da liberdade estadunidense quase à beira mar, corpos jovens e negros

fornecem monumentos efêmeros da escravidão contemporânea que ignoramos existir no Eustáquio Gomes, na Colina dos Eucaliptos, no Tabuleiro e em qualquer bairro em que se instalem à procura de teto, pobres e pretos herdeiros dos seus antepassados supliciados nas casas grandes e nos latifúndios da cana de açúcar.

Causou-me espanto também, descobrir que naquela cidade as favelas crescem para baixo. A primeira vez que vi a Grotta do Reginaldo fui surpreendido com uma das mais terríveis formas de segregação geossocial e racial dos refugiados na cidade. A imensa cratera urbana fizera-me ver uma pobreza soterrada, devorada pelas fraturas étnicas, sociais e geográficas do relevo local. Certo dia, enquanto eu mencionava a Grotta do Reginaldo como exemplo territorializado das segregações locais, uma estudante que ali vivera durante muito tempo, revelou para mim e para todo o grupo em que estávamos em sala de aula, que ao longo de toda a sua vida como moradora da Grotta do Reginaldo era obrigada a mentir sobre o seu endereço para conseguir emprego. Ela assinalava o bairro do Jacintinho como o seu local de moradia, quando distribuía os seus currículos para conseguir trabalhos de baixa remuneração na capital alagoana. Além da inferiorização compulsória que devora e esconde suas habitações, os moradores das grotas são forçados a negar suas moradas para fugirem dos preconceitos a que estão submetidos.

Outro exemplo que talvez revele as terríveis contradições a que são submetidos negros e negras da cidade, advém da Grotta do Rafael. Ali existe uma fonte de água mineral privatizada que possui vigilância permanente, dia e noite. Segundo relato de outra estudante, aquela fonte abastece os carros pipas que, por sua vez, abastecem os prédios de luxo da orla urbana de Maceió. A água que é vendida aos ricos que escapam da tributação do serviço de água e esgoto da cidade, não serve aos pobres, ao contrário: humilha-os. Contou a estudante que durante um dia de falta d'água na Grotta do Rafael viu os pobres correrem atrás dos carros pipas buscando salvar o sobejo da água que caía dos tanques daqueles carros para aliviarem sua sede. A trágica revelação agravou a péssima impressão que eu já carregava das injustiças sociais que fazem história do presente maceioense.

Em contraste com estas configurações que revelam as degradantes condições da população pobre e negra na capital alagoana, emergem outras

formas de produção da presença das negras e dos negros na cidade. O trabalho das marisqueiras e dos marisqueiros, por exemplo, garante a sustentação de uma laboriosa rede de produção artesanal do sururu, talvez um dos mais renomados símbolos de Maceió. Além da catação e limpeza do pequeno molusco, a arte da extração da concha através da cocção a vapor, oferece-nos uma visão ímpar do Vergel do Lago. A população que vive à beira da lagoa compõe uma ampla rede social que nos faz ver uma complexa fronteira cultural entre a pobreza que beira o asfalto e prosperidade presente na lama da Lagoa Mundaú. É que ali se faz presente a combinação de técnicas antepassadas de trato do sururu e das tradições de mariscagem afro-indígena-alagoanas. O trabalho do sururu produz outras formas de afirmação sociocultural de uma população aparentemente invisível. Digo aparentemente por que, embora à beira do asfalto, a presença desta população é ignorada pela maioria dos cidadãos e cidadãs locais que desconhecem o seu trabalho, mas que consomem o produto dos seus suores, sobretudo às sextas-feiras, dia da semana em que impera o sururu ensopado no leite de coco nos cardápios dos restaurantes de Maceió.

Exemplo semelhante ocorre na permanência de outras tradições culturais. O Guerreiro Alagoano, por exemplo, não expressaria todo o seu brilho e luxo, não fossem as mãos laboriosas das costureiras e dos costureiros, muitos deles moradores do bairro do Bebedouro. Ali, em seu trabalho de confecção, elas e eles conferem arte de preto e de pretas a uma das mais importantes expressões da cultura popular local. Considerando que vivemos em um mundo marcado pela volatilidade do conhecimento e pelo apreço aos prazeres efêmeros da diversão, a permanência do Guerreiro resulta também, desta marcante capacidade de persistência cultural que se faz na periferia urbana de Maceió.

Há também uma juventude negra que inova nas formas de se fazer presente na cidade. Eles e elas expandem a cultura *Hip Hop* com sotaque alagoano. Eles e elas se afirmam com os seus cabelos crespos, com os seus *Raps*, com a sua *street dance* e com as suas artes de fazer a cidade através da grafiteagem. Em Maceió, jovens negros e negras reinventam suas lutas pelo direito ao futuro todos os dias. Da literatura de protesto às duras jornadas de permanência nas escolas e nas universidades, a juventude negra que conquista o direito ao conhecimento, não cessa de lutar firmemente, às vezes, de forma inusitada.

Vejamos um exemplo aparentemente simples. Eu estava no ônibus da linha Ponta Verde UFAL. O Veículo parou na ladeira do Bebedouro. Duas jovens estudantes entraram e passaram juntas pela catraca compartilhando a tarifa do transporte a partir do uso do cartão de passagens de uma delas. Aquela cena interpelou-me. Identifiquei àquele momento uma tática de economia popular praticada por duas garotas negras. Utilizaram o saldo de uma delas para benefício de ambas.

Outro momento, muito comovente do meu encontro com usuários de ônibus que habitam a periferia urbana de Maceió ocorreu na Colina dos Eucaliptos. Passava do meio dia. O ônibus estava cheio. Fazia muito calor. Mãe e filha entraram pela porta dos fundos e ficaram em pé ao meu lado. Cedi a minha cadeira para a mãe e a pequena garota. A jovem mãe disse-me que tinha vinte e sete anos de idade. Levaria a filha, Vitória, que tinha sete anos, para visitar o pai internado em um Hospital Psiquiátrico. Confessou-me, à sua maneira, que o jovem marido fora diagnosticado com esquizofrenia. Estava internado há três meses e, aquele dia, encontraria pela primeira vez com ela e sua filha.

A mulher revelou-me ainda que no dia anterior, comentou com a pequenina sobre a visita que fariam ao seu pai. A garota ganhara de um dos seus tios, um pacote de amendoim, comera a metade e reservou a outra metade para oferecer ao progenitor. Aquela narrativa calou-me fundo. O exemplo da pequena Vitória me fez encontrar a beleza na simplicidade dos gestos daqueles e daquelas a quem são negadas condições de existências dignas. A pequena garota me fez ver a esperança viva em seu pequeno corpo magricela e negro. Mais do que isto, me fez imaginar que Vitória poderia ser o outro nome da esperança. Dentro e fora dos ônibus aprendi que por ali, da infância à velhice, negros e negras reinventam os seus destinos dia após dia.

Os corpos negros em fluxo na capital alagoana expõem as múltiplas faces das relações entre as Casas Grandes e as Senzalas do passado colonial no presente. As configurações fixas e móveis da cidade racializada expressam, em certa medida, as fachadas de um Brasil sem reboco.

Por ocasião da expansão do regime colonial da costa brasileira para os sertões, casas de taipas eram erguidas pelos bandeirantes que dizimavam indígenas e africanos resistentes que encontravam pelo caminho, quando não os

convertiam ao *ethos* colonizador. O gado que conduziam para dominar a economia e impor as monoculturas coloniais valia mais que a carne preta dos africanos e das africanas, mais que a carne vermelha dos indígenas e das indígenas que foram dizimados para o bem dos primeiros latifúndios desta nação. Nas raízes do Brasil Colonial as casas de taipa formam as fachadas primordiais da Casa Grande. O Brasil se ergueu nas habitações sem reboco para a consolidação dos símbolos do poder que ainda imperam nos nossos dias. Por trás das fachadas de granito e *blindex* que sustentam os condomínios de luxo da orla na capital alagoana, há inúmeras expressões deste Brasil sem reboco que crescem, dia após dia, a partir da exploração dos pobres e negros que participam da vida urbana a serviço dos herdeiros e das herdeiras das famílias abastadas da velha colônia.

As Casas Grandes de hoje avançam suas vistas para o mar com a força das oligarquias que controlam as instituições públicas locais. As disputas pelas paisagens urbanas aprofundam a voracidade de um mercado imobiliário que opera a serviço das elites alagoanas, a partir da exploração da força de trabalho das negras e dos negros a quem são negados os direitos à cidade.

Era noite do dia 16 de junho do ano de 2015. Segunda noite da edição do CAIITE (Congresso Acadêmico Integrado de Inovação e Tecnologia) no Centro de Convenções Ruth Cardoso. Ao lado de outros colegas professores e professoras da UFAL, de estudantes da universidade e outros participantes do evento, assistíamos a um debate sobre a ética na pesquisa. Antes que chegássemos ao final das apresentações, uma das palestrantes da noite, pediu para se ausentar. Ela fora comunicada que àquele momento o Ministério Público havia expedido nota de reintegração de posse da Vila Jaraguá à União. Os moradores da Vila seriam despejados na madrugada do dia 17, segundo a professora. Antes de se despedir de todos e todas, a nossa colega solicitou que fôssemos até a Vila Jaraguá na manhã do dia seguinte, para apoiar os moradores locais.

Ainda sob efeito do susto com aquela informação, combinamos entre nós o apoio ao Movimento Abrace a Vila, atendendo à solicitação da nossa colega. No dia seguinte fomos à Vila Jaraguá, dispostos a ajudar e, mesmo, a impedir que os moradores fossem despejados de suas casas. Ao chegarmos ao local nos deparamos com um forte aparato estatal de repressão instalado à entrada da Vila. Havia um muro de homens armados, oficiais de justiça e viaturas aos pés da

estátua da Liberdade em frente ao MISA (Museu da Imagem e do Som de Alagoas). Do outro lado da rua, moradores desesperados com a ação de despejo que havia começado na madrugada do dia 17 de junho. Éramos poucos professores e estudantes da UFAL. Em meio ao desespero promovido por aquela ação, procurávamos ajudar, à nossa maneira.

Nossa indignação não encontrava forças para combater àquela terrível violência promovida pelo Estado. Atordoados, fazíamos o que era possível: colocar os objetos pessoais dos moradores locais em sacos pretos que iriam ser despachados para local incerto. Às vezes chegava-nos a informação de que o povo da Vila seria despejado em uma escola no bairro do Vergel, às vezes nos informavam que iriam para um condomínio inacabado, feito para os pobres, em algum local da periferia urbana da cidade. As informações sobre o destino daquela gente eram imprecisas, incertas. Pesavam sobre nossas mãos a única certeza daquele momento: sacos pretos para embalar existências construídas na Vila Jaraguá, com todas as suas tradições.

Tratores, retroescavadeiras e máquinas potentes destruíam casas, soterravam existências, reduziam a pó as esperanças daqueles e daquelas que ali, às margens do atlântico, aprenderam a ser, a estar, a dizer e a fazer a vida em Maceió. Ironicamente a Vila em destruição localizava-se entre a Avenida da Paz e o oceano. Comentava-se à época que aquela violenta desocupação abria caminho para a criação de um centro comercial. Operação de limpeza do terreno para eliminar uma comunidade que reivindicava o reconhecimento como um dos quilombos urbanos da cidade.

No meio daquela destruição foi abaixo o Xangô de Mãe Vitória, um templo de umbanda com mais de 35 anos de existência àquele local. Uma casa em que as tradições religiosas e culturais afro-alagoanas persistiam. Enquanto assistia à demolição da sua Casa de Xangô, a Yalorixá, dizia: "Aqui é um templo... E se fosse uma Igreja Católica? O que foi feito aqui, no terreiro de Xangô lembra 100 anos atrás. Foi um quebra". As palavras da líder religiosa expressavam um testemunho histórico: todas as tradições cultivadas ali foram destruídas com o aparato do Estado. O seu protesto evocava as intragáveis memórias do Quebra de Xangô, episódio ocorrido no mês de fevereiro do ano de 1912, quando os terreiros da cidade foram destruídos por conta de uma briga entre as oligarquias locais.

Os discursos oficiais daqueles que se colocaram à serviço da derrubada da Vila Jaraguá criminalizavam moradores e moradoras; prometiam moradia digna no Tabuleiro dos Martins (longe do alcance dos olhos daqueles que compram o privilégio da orla maceioense); ignoravam o pertencimento daquela população àquele local. “Faxina étnica” foi o que ocorreu como nos lembra outra colega da UFAL que estava conosco. No dia 17 de junho de 2015 o povo pobre e preto da Vila Jaraguá foi banido da orla, para outros lugares.

Ao final do dia, estávamos exaustos, moídos pelo trágico sentimento de impotência. Fomos tomados pela triste certeza da nossa insignificância diante de tamanha brutalidade institucional.

Daquela episódio ficaram duas imagens. A primeira delas: uma nova diáspora produzida pela violência racial que move e faz a cidade. Despejados de suas moradias os negros e as negras da Vila Jaraguá eram remetidos em lotes estabelecidos por sentenças judiciais para sabe-se lá onde. A segunda imagem: o corpo vivo de Tia Marcelina a recitar em 1912 suas últimas palavras antes de ser violentamente exterminada no Quebra do Xangô, “ Bate, moleque, quebra braço, quebra perna, tira sangue, mas não tira saber”. Estas palavras correm até os dias de hoje como última sentença da Yalorixá que se tornou um dos símbolos da resistência negra em Alagoas. Tia Marcelina foi espancada durante a destruição do seu Terreiro por ocasião da perseguição ao povo dos Orixás na segunda década do século XX. A casa destruída localizava-se à antiga Rua da Aroeira, próxima à área em que hoje está situada a Praça Sinimbu, outro logradouro muito próximo da Vila Jaraguá.

Entre a forçosa dispersão dos corpos negros daquele episódio de 2015 e o passado da terra que serve de berço, a um só tempo, do Quilombo dos Palmares e dos Marechais que presidiram a nossa Primeira República, a racialização da cidade revela uma descolonização sem fim. Marcada pela violência, hoje protagonizada pelos herdeiros e herdeiras das Casas Grandes, a capital do estado de Alagoas revela-nos feridas abertas e fraturas expostas de uma colonização que persiste por seu inacabamento.